

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)
Eixo Temático: Humanidades e Educação

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DO CIDADÃO¹

Welerson Roberto Dos Reis², Eduarda De Miranda Bohrer³, Maristela Righi Lang⁴, Marlise Madalena Zwirtes⁵.

¹ Artigo produzido a partir de pesquisa bibliográfica e entrevista para o componente curricular Projeto de Pesquisa do Colégio Tiradentes da Brigada Militar - Ijuí/RS no ano de 2016.

² Aluno do 3º ano do Ensino Médio, CTBM/Ijuí.

³ Aluna do 3º ano do Ensino Médio, CTBM/Ijuí.

⁴ Professora de Língua Portuguesa, orientadora do trabalho.

⁵ Professora de História, orientadora do trabalho.

Colégio Tiradentes da Brigada Militar - Ijuí/RS no ano de 2016.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sociedade brasileira objetiva desenvolver uma democracia baseada na liberdade e na igualdade, em que os direitos humanos sejam defendidos e toda forma de exclusão combatida. Por esse motivo, é fundamental que a inclusão ocorra desde os primeiros anos de vida da criança. Nesse contexto, a escola se torna um espaço de extrema importância, pois é nela que crianças “ditas normais” muitas vezes têm o primeiro contato com crianças portadoras de necessidades especiais, o que pode potencializar a superação do problema relativo ao processo de exclusão.

O presente estudo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a inclusão e a aceitação dos alunos com necessidades especiais na escola, assegurando o acesso à educação. Busca-se discutir, a partir de estudo bibliográfico e entrevista com professores, sobre o papel da escola e do professor em relação à inclusão e a forma como o mesmo integra os alunos com necessidades especiais e os demais alunos.

Parte-se do pressuposto que, para que haja igualdade entre todos, deve-se universalizar o acesso, mas para que isso ocorra, é preciso que haja uma reorganização das escolas e o desenvolvimento de ações baseadas no projeto político-pedagógico, que é uma ferramenta muito importante a fim de que a escola saiba como promover a inclusão.

RESULTADOS

PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E O PRECONCEITO NO MUNDO ANTIGO

Durante séculos, as diferenças físicas e intelectuais entre os homens foram motivo de marginalização em algumas sociedades e civilizações antigas. Durante a Idade Moderna definiu-se o conceito de cidadania e com a evolução das capacidades do ser humano, as pessoas com necessidades especiais foram incluídas ao termo cidadão, dando-lhes direitos como a educação. Segundo o Departamento dos Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) pode-se dizer que:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Humanidades e Educação

direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila.

Em 3000 a.C., com o aparecimento de escrita no Egito, o homem começou a organizar-se de forma mais eficiente e segura, colocando o trabalho como meio de produção. Contudo, caso uma criança nascesse com algum tipo de incapacidade física que a impedisse de trabalhar e colaborar no futuro, ela era desprezada e morta pelos pais.

Em Esparta, por ter sido uma cidade altamente militarizada, recém-nascidos e crianças com aparentes deficiências físicas eram jogadas de morros, onde não haveria nenhuma chance de sobrevivência. Dessa forma, evidenciou-se o desprezo ao corpo imperfeito.

No desenvolvimento da história, percebe-se que o século XX foi o que mais trouxe mudanças ao mundo no quesito de novas tecnologias, o que, indiscutivelmente, promoveu avanços tecnológicos que abriram portas para o desenvolvimento de tratamentos específicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais, assim como uma maior preocupação com essas pessoas, que agora estão inseridas na sociedade. Os tratamentos e projetos inclusivos são de suma importância, sendo assim necessário o apoio total das autoridades governamentais para que esses possam ter continuidade.

PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ATUALIDADE

Ainda hoje, constata-se diariamente casos de discriminação com pessoas portadoras de necessidades especiais, porém, a possibilidade de obtenção de informações sobre o assunto possibilitou a revisão de alguns conceitos. Um exemplo é a lei que mudou em prol dos deficientes, a fim de garantir direitos a eles. As mais recentes normatizações para a educação especial (Res. 2/01) asseguram, segundo a LDB de 1996, “recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, completar, suplementar, e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns...”.

Porém, mesmo que a lei mude com o objetivo de melhorar a vida das pessoas com necessidades especiais, as escolas também precisam fazer as devidas mudanças, adequando sua estrutura e organização pedagógica, reconhecendo e valorizando as diferenças entre os alunos.

Fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la, sumariamente, às situações discriminadoras. O assunto merece entendimento mais profundo questão de justiça. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais. (MANTOAN; PRIETO, 2006, p.16).

Na escola, temas relacionados à igualdade e diferença são mais complexos do que o senso comum prega. Nota-se que a igualdade não está apenas no fato de se proporcionar as mesmas oportunidades e direitos à aprendizagem. A igualdade e a inclusão estão baseadas em atender as necessidades de cada aluno, de forma com que todos consigam aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas pela educação. Como diz Villela, Lopes e Guerreiro:

A inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino está baseada nessa perspectiva de educação para todos, pois, ao serem feitas adaptações pedagógicas para um aluno que tenha algum tipo de deficiência, leva-se em conta distintas formas de aprender e de ensinar. Pensando em como realizar da melhor maneira as práticas inclusivas para essas pessoas, de forma a desenvolver suas potencialidades, busca-se também a qualidade do ensino para todos os estudantes,

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Humanidades e Educação

independentemente de terem ou não deficiência. O uso de estratégias de ensino adequadas a diferentes tipos de necessidades específicas de aprendizagem só vem a contribuir para o desenvolvimento de todos os estudantes envolvidos no processo, ou seja, indivíduos com diferentes deficiências ou necessidades educacionais específicas, de diferentes origens socioeconômicas e contextos culturais distintos, com habilidades igualmente distintas entre si, poderão beneficiar-se de estratégias didático-metodológicas heterogêneas; afinal, em uma escola cada vez mais plural e democrática, não se pode supor que exista uma única forma de ensinar e aprender. (VILLELA; LOPES; GUERREIRO, 2013, p. .1)

O que se percebe é que, legalmente, existem garantias para que os portadores de necessidades tenham acesso e acompanhamento adequado. O que falta é a efetivação dos direitos, para além do acesso à escola.

VISITA A UMA ESCOLA LOCAL

Com o objetivo de esclarecer dúvidas e obter maiores informações sobre o assunto, foi visitada uma escola da comunidade ijuiense, reconhecida pela estrutura e pelas oportunidades oferecidas às crianças com necessidades especiais. No local, realizou-se uma entrevista com quem atende/acompanha a aprendizagem dos alunos portadores de deficiência. A seguir, far-se-á descrição e análise do conteúdo das respostas disponibilizadas pelas professoras.

Segundo as respostas, a escola atende pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas comuns de ensino regular, amparando-se na Constituição Federal/88, para a qual todas as pessoas com necessidades especiais podem ser incluídas nas escolas, independente do tipo de deficiência, seja ela de ordem física ou mental.

Também ficou claro que os critérios usados para determinar o ano em que o aluno ingressará é determinado pela condição de cada aluno. Os deficientes visuais, por exemplo, geralmente cursam o ensino fundamental e médio como os demais colegas em tempo normal. Já em casos de alunos com deficiência intelectual, pode haver diferenças em relação a esse fator. Deficiências como a Síndrome de Down têm consequências psicológicas, por esse motivo o aluno pode repetir o mesmo ano, com o objetivo de aprimorar o seu conhecimento.

Em relação ao processo formativo específico para os professores que recebem alunos com necessidades especiais, nem sempre ocorre, mesmo havendo a clareza da importância disso. Segundo a entrevista:

De fato, seria algo de grande valor para o professor ter um preparo a mais para trabalhar com esses alunos, mas não há uma Lei, ou algo do tipo, que determine que o pedagogo tenha que ter alguma formação para trabalhar com esses alunos, por isso a importância das Salas de Recursos Multifuncionais, que, além de ajudar o aluno, também ajuda o professor que busca o apoio necessário para incluir e ensinar os alunos com necessidades especiais (ANÔNIMO, 2016).

Como nem todos os professores possuem formação especial para trabalhar com os alunos incluídos, a escola disponibiliza de Salas de Recursos Multifuncionais, em que o foco está nas possibilidades do estudante e não nas suas faltas e dificuldades. Essa sala apresenta os mais variados recursos para serem utilizados no atendimento desse aluno como jogos, computadores, brinquedos, materiais adaptados entre outros que auxiliam esses alunos.

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Humanidades e Educação

O olhar se direciona ao ser humano, capaz, criativo, que tem sua história. Em função disso, há a necessidade de se ter um plano de atendimento e um planejamento colaborativo entre os professores. De acordo com as respostas dadas:

É trabalhado com a estimulação de processos mentais: raciocínio, atenção, concentração, bem como Atividades de Vida Diária, exploração da coordenação motora global, esquema corporal, expressão verbal e corporal através de questões práticas, oferecendo atividades lúdicas, significativas e contextualizadas. Nesse contexto a maior função das Salas de Recursos Multifuncionais é auxiliar o aluno e o professor no quesito educação e inclusão (ANÔNIMO, 2016).

Em relação ao número de alunos com necessidades especiais em cada sala, segundo o parecer nº 56/2006 Processo CEED nº 40/27.00/05.8, são permitidos dois alunos. Mas na prática, na constituição das turmas, pode-se incluir, no máximo, três alunos com necessidades educacionais especiais semelhantes por turma, devendo ser admitida a lotação máxima de vinte alunos na pré-escola, vinte nos anos iniciais do ensino fundamental e vinte e cinco nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Os alunos incluídos participam das aulas normais, junto aos demais colegas e uma vez por semana eles têm aulas na Sala de Recursos Multifuncionais, onde realizarão atividades voltadas à sua deficiência. Em relação ao processo avaliativo, depende de seu desenvolvimento em sala de aula. Vale ressaltar que o componente curricular também é adaptado de acordo com as necessidades do aluno e a avaliação leva em conta todos os esforços do aluno, sempre considerando o tipo de deficiência que o mesmo possui.

A interação entre os alunos especiais e os demais alunos é constante e diária, pois se entende que a cooperação em sala de aula pode ser um fator importante para a inclusão das pessoas com deficiência, uma vez que permite a troca de experiências entre os alunos.

A análise da entrevista concedida permitiu a constatação de que essa escola promove a inclusão dos alunos com necessidades especiais desde o início da vida escolar dos mesmos, incentivando atividades de integração entre eles e os demais alunos. Percebemos que poucas escolas contam com a Sala de Recursos Multifuncionais e profissionais com formação para desenvolver esse trabalho, que é de suma importância para a realização das atividades voltadas à educação especial.

CONCLUSÃO

Vive-se em um mundo globalizado, onde se pode perceber claramente que alguns grupos, por longo tempo excluídos, passaram a ter mais voz na sociedade. As pessoas portadoras de necessidades especiais, por exemplo, conquistaram diversos direitos, sendo um deles a educação. Apesar disso, os investimentos por parte do governo ainda são insuficientes para a grande demanda da educação especial.

É possível compreender também que um cidadão tem diversas características herdadas diretamente da vida escolar, por esse motivo a escola tem o dever de integrar todos os alunos, sem discriminação, atender suas necessidades individuais, mostrar as diferenças existentes entre as pessoas, além de incentivar a inclusão.

É preciso garantir a aprendizagem de todos e, através da inclusão escolar, há possibilidade de promover a integração entre os alunos portadores de deficiências e os demais alunos. Com base em leituras, pesquisa e entrevistas realizadas, percebemos que a inclusão de alunos com necessidades especiais é algo muito complexo, pois depende de diversos fatores, como a ética, a moral e a cidadania, e essas por sua vez dependem diretamente de todos os envolvidos.

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)
Eixo Temático: Humanidades e Educação

REFERÊNCIAS

ANÔNIMO. Informação obtida durante entrevista a professores de uma escola da rede pública de Ijuí/RS, jun./2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 31 mai. 2016.

COMISSÃO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, Parecer nº 56/2006, Processo CEED nº 40/27.00/05.8. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id3249.htm%3E.>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

LOPES, Silvia Carla; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello; VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues. Os desafios da inclusão escolar no século XXI - Bengala Legal. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/desafios>>. Acesso em: 18 jul. 2016

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. *Inclusão Escolar: pontos e contrapontos*. 6 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

O QUE é ser cidadão - Departamento de Direitos Humanos e Cidadania - DEDIHC. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>>. Acesso em: 13 jul. 2016.